



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

168

**Terceira Câmara de Direlto Público**

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em sede de Reexame Necessário e Apelação nº 328717-4 – Ouricuri (2ª Vara)**

**Embargante: Estado de Pernambuco**

**Procurador: Joaile Guimarães Verdugo**

**Embargado: Maria Naloysa Evangelista Matias**

**Advogado: Maria Natal Evangelista Freire PE017059**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

1. Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de pessoa portadora de linfoma não Hodgkin difuso de grandes células B (CID C83.3), CD20+ESTÁDIO IV, cuja enfermidade foi descoberta em 2008. Segundo laudo médico às fls. 23: "Paciente, do sexo feminino, 46 anos, portadora de linfoma Não Hodgkin difuso de grandes células B (CID C83.3), CD20+ESTÁDIO IV, diagnosticado em 2008; Tratada inicialmente com R-CHOP. Realizou transplante de medula óssea no Hospital Português em Recife, em 16/12/2010. Necessita realizar terapia de manutenção com RITUXIMAB, pós transplante autológico, por 4 ciclos! Nas doses abaixo: RITUXIMAB (MABTHERA) 100mg -----04 frascos Administrar 700mg por dose, por 4 semanas consecutivas RITUXIMAB (MABTHERA) 500mg-----04 frascos Administrar 700mg por dose, por 4 semanas consecutivas"

2. O fundamento para conceder o pedido foi a existência de violação ao artigo 196 da Constituição Federal, qual seja, o direito à saúde, e, conseqüentemente, à vida, ambos previstos constitucionalmente. Sendo assim, a determinação para esse tipo de tratamento deu-se por causa do laudo médico, sendo o seu subscritor a pessoa mais habilitada para fazer o diagnóstico de seu paciente, não havendo, outrossim, motivos para que este órgão julgador contradite as informações médicas.

3. Quanto à violação aos artigos 2º, 5º, 37, *caput* e XXI, da Carta Magna, observa-se que estes em nenhum momento da relação processual, foram objeto de impugnação, sendo, pois, inovação argumentativa e, conseqüentemente, inadmissíveis de serem discutidos nesta via recursal.

4. Nesse sentido, não se deve confundir omissões com inconformismo. Uma vez irressignada com o julgado, devia a parte interessada manejar o recurso adequado ao seu desafio, e não se



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

valer dos presentes aclaratórios, cuja natureza, por essência, é integrativa.

5. Embargos Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em sede de Reexame Necessário e Apelação Cível nº 328717-4** em que figuram, como Embargante **Estado de Pernambuco**, e, como Embargado, **Maria Naloysa Evangelista Matias**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos de Declaração nº 328717-4 opostos pelo embargante, conforme relatório e voto em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de Março de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

169

**Terceira Câmara de Direito Público**

**Embargos de Declaração no Recurso de Agravo em sede de Reexame Necessário e Apelação nº 328717-4 – Ouricuri (2ª Vara)**

**Embargante: Estado de Pernambuco**

**Procurador: Joaile Guimarães Verdugo**

**Embargado: Maria Naloysa Evangelista Matias**

**Advogado: Maria Natal Evangelista Freire PE017059**

**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos pelo **Estado de Pernambuco** em face do acórdão proferido no Recurso de Agravo em sede de Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0328717-4.

A decisão questionada (fls. 147/150) negou provimento ao Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco, entendendo ser seu dever fornecer tratamento para pessoa portadora de linfoma não Hodgkin difuso de grandes células B (CID C83.3), CD20+ESTÁDIO IV, cuja enfermidade em 2008.

O Estado de Pernambuco opôs Embargos de Declaração, suscitando a existência de omissões e pronunciamento explícito quanto aos artigos 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI, 196, todos da Constituição Federal, bem como ao valor aplicado a título de multa.

Objetiva, ainda, o prequestionamento da matéria para atender aos requisitos de admissibilidade dos recursos extremos.

Pugna, enfim, pelo conhecimento e provimento do presente recurso.

É o que se tem de relevante a relatar.

**VOTO**

Consoante restou consignado por ocasião do relatório, o embargante preconizou o cabimento dos aclaratórios com fundamento na existência de omissões do *decisum* increpado.

Contudo, penso que, dado o estreitamento da via recursal eleita pelo embargante, seu intento recursal está fadado ao insucesso.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Versa a presente lide acerca do custeio de tratamento de pessoa portadora de linfoma não Hodgkin difuso de grandes células B (CID C83.3), CD20+ESTÁDIO IV, cuja enfermidade foi descoberta em 2008.

Segundo laudo médico às fls. 23:

"Paciente, do sexo feminino, 46 anos, portadora de linfoma Não Hodgkin difuso de grandes células B (CID C83.3), CD20+ESTÁDIO IV, diagnosticado em 2008; Tratada inicialmente com R-CHOP. Realizou transplante de medula óssea no Hospital Português em Recife, em 16/12/2010.

Necessita realizar terapia de manutenção com RITUXIMAB, pós transplante autológico, por 4 ciclos! Nas doses abaixo:

RITUXIMAB (MABTHERA) 100mg -----04 frascos

Administrar 700mg por dose, por 4 semanas consecutivas

RITUXIMAB (MABTHERA) 500mg-----04 frascos

Administrar 700mg por dose, por 4 semanas consecutivas"

O fundamento para conceder o pedido foi a existência de violação ao artigo 196 da Constituição Federal, qual seja, o direito à saúde, e, consequentemente, à vida, ambos previstos constitucionalmente.

Sendo assim, a determinação para esse tipo de tratamento deu-se por causa do laudo médico, sendo o seu subscritor a pessoa mais habilitada para fazer o diagnóstico de seu paciente, não havendo, outrossim, motivos para que este órgão julgador contradite as informações médicas.

Quanto à violação aos artigos 2º, 5º, caput, 37, caput e XXI, da Carta Magna, observa-se que estes, em nenhum momento da relação processual foram objeto de impugnação, sendo, pois, inovação argumentativa e, consequentemente, inadmissíveis de serem discutidos nesta via recursal.

Pela leitura dos embargos percebe-se, pois, que estes apenas foram manejados com intuito de rediscutir a matéria, fruto da irresignação do Estado com o resultado obtido no processo.

Seus argumentos são genéricos, no intuito de fazer crer que este órgão julgador foi omissos, apenas porque não lhe concedeu o direito pleiteado.

Tem-se que não se deve confundir omissões com inconformismo. Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões do embargante, deve ele se valer das vias



170

PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

recursais adequadas ao seu intento reformulador, e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa.

Vê-se, portanto, que tais vícios nada mais são do que, a bem da verdade, fruto de sua irresignação com o desfecho alcançado no Recurso de Agravo, cujo *decisum*, do seu próprio teor, não deixa margem para questionamentos relativos à necessidade de sua integralização, razão pelo que deveria a parte interessada - já que esse era seu real intento - ter se valido do recurso adequado à rediscussão do julgado.

Desta feita, e uma vez que a real pretensão do embargante ao se valer dos presentes aclaratórios não se coaduna com o estreitamento da via recursal eleita, imperioso se faz rejeitar os presentes embargos de declaração.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, CPC. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. SÚMULA N. 98/STJ. IRPJ E CSLL. PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - PDD. RESOLUÇÃO 1.748/90, CMN/BACEN. ART. 9º DA LEI N. 8.541/92 E ART. 43 DA LEI N. 8.981/95. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA.

**1. Não viola o art. 535, do CPC, o acórdão que decide de forma suficientemente fundamentada, não estando obrigada a Corte de Origem a emitir juízo de valor expresse a respeito de todas as teses e dispositivos legais invocados pelas partes.**

2. Na dedução da base de cálculo do Imposto de renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL deve ser observado o limite imposto pelo art. 9º, da Lei n. 8.541/92 e pelo art. 43, da Lei n. 8.981/95, relativo à Provisão para Devedores Duvidosos - PDD (provisão para créditos de liquidação duvidosa). Precedentes: REsp. n. 413.919 - PR, Primeira Turma, Rel. Min. José Delgado, julgado em 17.09.2002; REsp. n. 234.536 - CE, Segunda Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 12.05.2005; e REsp. n. 707.044 - MG, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17.11.2005.

3. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório". (Súmula n. 98/STJ).

4. Recurso especial parcialmente provido apenas para afastar a multa aplicada.

(STJ - REsp 1268609 / MG, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA, Data de Julgamento: 08/11/2011- sem grifos no original)



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Note-se, ainda sim, que, mesmo quando visem especificamente ao prequestionamento, não podem os embargos de declaração ultrapassar os contornos do artigo 535 do CPC.

Ante o exposto, e sem mais delongas, **REJEITO** os embargos declaratórios ofertados pelo Estado de Pernambuco face a inexistência de quaisquer dos vícios elencados no art. 535, do CPC, capazes de ensejar a integralização daquele *decisum*.

É como voto.

Recife, 29 de Março de 2014.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator